SUBJETIVAÇÃO DE MULHERES NEGRAS E SELETIVIDADE PENAL: DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE O ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL

Bárbara Santos de Almeida
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-0485-0902
Endereço eletrônico: 202420509@uesb.edu.br

Janaina de Jesus Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8888-6592
Endereço eletrônico: janaina.santos@uesb.edu.br

Palavras-chave: Encarceramento; Feminilidade; Mídia; Seletividade; Subjetivação.

INTRODUÇÃO

A formação histórica brasileira é marcada por profundas desigualdades raciais herdadas do período escravocrata, cujos reflexos permeiam as instituições contemporâneas, especialmente no sistema penal. Desse modo, após a abolição da escravidão, outros mecanismos de controle e vigilância passaram a incidir sobre a população negra, sobretudo por meio da criminalização da pobreza e da marginalização social. Com isso, o cárcere consolidou-se como instrumento seletivo de punição, atingindo de maneira desproporcional sujeitos historicamente vulnerabilizados, entre eles as mulheres negras.

Conforme Juliana Borges (2020) discute em *Encarceramento em Massa*, é possível traçar um paralelo histórico entre as punições direcionadas às mulheres e às pessoas escravizadas, uma vez que eram submetidas à autoridade de sujeitos que exerciam poder sobre seus corpos e suas vivências, o que contribuiu para a consolidação de mecanismos de vigilância, punição e subjetivação ainda presentes na sociedade brasileira.

Na contemporaneidade, o crescimento da população carcerária feminina evidencia não somente a expansão do punitivismo concomitantemente relacionado ao Direito Penal

Máximo, mas também a permanência dessas estruturas atravessadas pelo racismo e patriarcado, de maneira interseccional. O encarceramento feminino apresentou crescimento expressivo nas últimas décadas, passando de aproximadamente 39 mil mulheres em 2016 para mais de 50 mil em 2022, segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Esse aumento evidencia a intensificação do encarceramento em massa no Brasil, cuja incidência recai majoritariamente sobre mulheres negras, que ocupam posição central no sistema prisional. Tal realidade demonstra a seletividade estrutural do sistema penal, que reproduz desigualdades raciais ao direcionar sua atuação para sujeitos historicamente vulnerabilizados e marginalizados. Ademais, é importante ressaltar que além das instituições penais, a mídia exerce papel fundamental na construção da imagem da mulher negra encarcerada, frequentemente associada à criminalidade, à violência e à periculosidade, conforme afirma Rosa Maria Bueno Fischer (2021).

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como os discursos midiáticos presentes no documentário À Luz do Cárcere (2025) produzem subjetividades marcadas pela seletividade do sistema penal brasileiro. Para tanto, busca-se compreender a seletividade penal e sua contribuição para o encarceramento de mulheres negras, investigar de que maneira os discursos veiculados no documentário participam da construção dessas subjetividades e identificar como dispositivos de poder e controle atravessam as vivências dessas mulheres no contexto do cárcere.

METODOLOGIA

Esta pesquisa toma como base os pressupostos teórico-metodológicos da arqueogenealogia foucaultiana, compreendida como uma perspectiva voltada à investigação dos discursos, das relações de poder e dos processos de subjetivação presentes nas práticas sociais conforme discutido por Gregolin (2022) e pelos Estudos Discursivos Foucaultianos.

Nesse sentido, busca-se analisar discursivamente o documentário À Luz do Cárcere (2025), articulando contribuições teóricas acerca de raça, gênero e sistema penal. A pesquisa procura compreender a seletividade penal e sua contribuição para o encarceramento de mulheres negras, investigar de que maneira os discursos midiáticos presentes no documentário participam da construção dessas subjetividades e identificar como dispositivos de poder e controle atravessam as vivências dessas mulheres no contexto prisional brasileiro.

O corpus desta pesquisa é composto por recortes do documentário À Luz do Cárcere, exibido em 2025 no programa Domingo Espetacular, da Record TV, disponibilizado na plataforma PlayPlus e conduzido por Roberto Cabrini. Com duração de 44 minutos e 32 segundos, foi gravado no Presídio Feminino de Bangu, no Rio de Janeiro, e apresenta narrativas de oito mulheres privadas de liberdade, abordando experiências relacionadas ao cárcere, à criminalidade, às relações familiares, à afetividade, à religiosidade e às condições sociais das mulheres encarceradas.

A escolha do material justifica-se pela relevância do tema no contexto do encarceramento feminino no Brasil. O recorte contempla o depoimento de Cassiane Victoria Martins, 21 anos, mulher negra encarcerada por tráfico de drogas, selecionada pela recorrência de discursos relacionados às relações socioafetivas e à influência do vínculo afetivo em sua inserção no tráfico.

Considera-se que esse conjunto de textos constitui um arquivo, entendido como um conjunto de enunciados atravessados por relações de poder, do qual emergem discursos que produzem verdades sobre criminalidade, feminilidade e encarceramento no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres encarceradas sofrem dupla invisibilidade: de gênero, enquanto mulheres inseridas em uma estrutura prisional historicamente masculina, e social, por frequentemente terem seus papéis socialmente construídos sob bases patriarcais que impõem modelos rígidos de feminilidade. Segundo Angela Davis (2016), na obra *Mulheres, Raça e Classe*, os sistemas punitivos são marcadamente masculinos por refletirem estruturas legais, políticas e econômicas que historicamente excluíram as mulheres. Nessa perspectiva, observa-se que o encarceramento feminino no contexto contemporâneo está assentado em bases interseccionais entre o sexismo e o racismo institucional.

O encarceramento feminino ultrapassa a mera privação de liberdade, sendo marcado pela invisibilização e pela violência institucional. Tal cenário relaciona-se ao perfil da população carcerária feminina brasileira, composta majoritariamente por mulheres negras e pobres, evidenciando a seletividade racial do sistema penal. Além disso, a criminalização de suas trajetórias ocorre, em grande parte, por delitos de menor potencial ofensivo, especialmente relacionados ao tráfico de drogas em pequena escala. As violências sofridas

pelas mulheres privadas de liberdade frequentemente permanecem fora do debate público, como apontou:

> Infelizmente, encarceramento sempre significou mais do que privação de liberdade. No caso das mulheres, enquanto que visibilizamos a violência doméstica no debate público, não trazemos para o centro do debate a invisibilidade e a situação de extrema violência no cárcere (Borges, 2020, p. 64)

Ademais, a mídia constrói discursos sobre as mulheres e participa ativamente da produção de subjetividades. Nesse cenário, Rosa Maria Bueno Fischer (2021), em *Mídia e Educação da Mulher*, destaca que tais discursos tendem a reforçar normas tradicionais de gênero, contribuindo para a naturalização de papéis femininos socialmente esperados. O documentário, por sua vez, ao expor mulheres privadas de liberdade em contexto de visibilidade midiática, contribui para a circulação de discursos que favorecem sua exposição e julgamento público, influenciando a construção de identidades frequentemente reduzidas à condição de infratoras, em detrimento de sua constituição como sujeitos de direitos.

Partindo desse pressuposto, ressalta-se que discursos relacionados à vulnerabilidade afetiva, à influência masculina, ao arrependimento e à ressocialização, presentes no documentário, não se limitam à representação das mulheres encarceradas, mas participam ativamente da produção de subjetividades. No depoimento de Cassiane Victoria Martins, presente no documentário *À Luz do Cárcere* (2025), a inserção no tráfico de drogas é associada ao vínculo amoroso, ao afirmar: "ele que me ensinou tudo, e por amor né", tal narrativa evidencia que o envolvimento com o tráfico de drogas está relacionado ao vínculo amoroso e à necessidade de proteção do companheiro, produzindo sentidos sobre a criminalidade feminina que a vinculam à afetividade e à dependência. Sob a perspectiva de Michel Foucault (1970), a subjetividade pode ser compreendida como o processo histórico de constituição do sujeito, produzido no interior de práticas discursivas e de relações de poder que atravessam as experiências sociais e orientam a formação das condutas.

CONCLUSÕES

Depreende-se, portanto, que a presente pesquisa buscou analisar como os discursos midiáticos presentes no documentário À Luz do Cárcere contribuem para a produção de subjetividades de mulheres negras, associando-as à vulnerabilidade afetiva e à influência de

vínculos amorosos, contribuindo para a construção de identidades socialmente estigmatizadas e para a produção de verdades que vinculam a criminalidade feminina à influência masculina e à vulnerabilidade social. A partir da articulação entre seletividade penal, mídia e processos de subjetivação, foi possível compreender que o encarceramento feminino não ocorre de forma neutra, mas está atravessado por relações históricas de poder marcadas pelo racismo, sexismo e criminalização da pobreza.

Conclui-se que a mídia, enquanto espaço de circulação de discursos, exerce papel fundamental na constituição dessas subjetividades, reforçando determinados regimes de verdade sobre a criminalidade feminina. Embora o documentário possibilite a visibilidade de experiências frequentemente silenciadas, também reproduz discursos amplamente difundidos que associam o ingresso das mulheres no crime a relações afetivas e à influência de parceiros envolvidos em práticas ilícitas.

REFERÊNCIAS

À Luz do cárcere. **Programa Domingo Espetacular**. São Paulo: Record TV, 2025. Disponível em: PlayPlus.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN)**. Levantamento nacional de informações penitenciárias** (INFOPEN). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia e educação da mulher:** uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

NAVARRO, Pedro; SARGENTINI, Vanice. **Por uma arqueogenealogia dos estudos discursivos foucaultianos no Brasil.**